



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Termo de Adesão do Governo do Estado de Goiás ao Termo de Cooperação Técnica n. 007/2015, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério da Justiça e o Instituto de Defesa do Direito de Defesa. (Processo CNJ-ADM-2015/00936).


O **Governo do Estado de Goiás**, com sede no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, Rua 82, nº 400, 10º andar, Setor Central, Goiânia-GO, CEP 74015-908, CNPJ 01.409.580/0001-38, neste ato representado por seu Governador, **Marconi Ferreira Perillo Júnior**, RG 1314602 DGPC e CPF 035.538.218-09, **RESOLVE**, por meio do presente instrumento, aderir ao **Termo de Cooperação Técnica n. 007/2015**, celebrado entre o **Conselho Nacional de Justiça**, o **Ministério da Justiça** e o **Instituto de Defesa do Direito de Defesa**, para a efetiva implantação do "Projeto Audiência de Custódia", de modo a fomentar e viabilizar a operacionalização da apresentação pessoal de autuados(as) presos(as) em flagrante delito à autoridade judiciária, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após sua prisão, contando com o apoio do efetivo funcionamento de Centrais Integradas de Alternativas Penais, Centrais de Monitoração Eletrônica e serviços correlatos com enfoque restaurativo e social, aptos, em suma, a oferecer opções concretas e factíveis ao encarceramento provisório de pessoas.

O **CNJ** providenciará a publicação deste Termo de Adesão, em extrato, no Diário de Justiça Eletrônico.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente Termo de Adesão, para que produza efeitos jurídicos e legais.

Goiânia, 10 de agosto de 2015.

Ministro Ricardo Lewandowski
Presidente do Conselho Nacional de Justiça



José Eduardo Martins Cardozo
Ministro da Justiça



Francisco de Paula Bernardes Júnior
Diretor do Instituto de Defesa do Direito de Defesa



Governador Marconi Ferreira Perillo Júnior
Governador do Estado de Goiás